

EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL: TRANSIÇÕES EM CONTEXTOS DE CRISES¹

Joana Costa²
Felipe Mendonça Russo³
Guilherme Hirata⁴
Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa⁵

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta nota é analisar a evolução do emprego doméstico e suas transições no contexto das últimas recessões econômicas brasileiras, tanto aquela iniciada em 2014 quanto a associada à pandemia da covid-19. Em particular, investigamos o processo de transição do emprego doméstico – com e sem carteira de trabalho assinada – para a inatividade e o desemprego, entre outros estados ocupacionais, ao longo do período 2012-2021 no Brasil. O período analisado compreende duas crises de naturezas distintas, o que possibilitará melhor compreensão do que ocorre com o trabalho doméstico em tais contextos recessivos.

O emprego doméstico é uma ocupação tipicamente feminina e, historicamente, encontra-se associada a péssimas condições de trabalho, pois possui baixos níveis salariais e elevadas informalidade e jornadas de trabalho (Pinheiro, Gonzalez e Fontoura, 2012; Melo, 2000). Em momentos de crise, por um lado, espera-se que tal ocupação seja uma das mais afetadas negativamente, dada a fragilidade do vínculo empregatício, o que poderia resultar em uma redução desse tipo de ocupação. Por outro lado, o emprego doméstico – principalmente o informal – pode ser considerado um “colchão amortecedor” pela possibilidade de absorver trabalhadores com maiores dificuldades de inserção em momentos de crise econômica. Assim, se houver demanda necessária, as crises levariam mais mulheres a aceitar tal ocupação tão desvalorizada, o que levaria a um aumento dessas ocupações.

O texto está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta a base de dados utilizada; a seção 3 descreve características gerais do mercado de trabalho para as mulheres ao longo do período 2012-2021 – inatividade, desemprego, informalidade e rendimento entre as empregadas; a seção 4 mostra a evolução da transição das empregadas do setor privado e empregadas domésticas para a inatividade e o desemprego, entre outros estados ocupacionais, ao longo do período 2012-2021 no Brasil; por fim, a última seção traz algumas considerações finais.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt72/nt1>

2. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <joana.costa@ipea.gov.br>.

3. Consultor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), lotado na Disoc/Ipea. *E-mail*: <felipe.russo@ipea.gov.br>.

4. Pesquisador do IDados. *E-mail*: <guilherme@idados.id>.

5. Técnica de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea e professora do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) do Rio de Janeiro. *E-mail*: <ana.barbosa@ipea.gov.br>.

2 BASE DE DADOS

Os dados analisados são provenientes dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). A PNAD Contínua é uma pesquisa amostral domiciliar realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e tem abrangência nacional. Cada domicílio é entrevistado cinco vezes, com periodicidade trimestral, antes de sair da amostra, sendo possível acompanhá-los por cinco trimestres seguidos.

O IBGE disponibiliza um identificador para os domicílios, o que permite a construção de um painel para os domicílios com informações de cinco trimestres consecutivos. Entretanto, indivíduos dentro do domicílio não são numerados de forma consistente entre os trimestres, e o Instituto não recomenda usar essa variável para o seu acompanhamento no tempo. Assim, criamos nosso próprio identificador relacionado à pessoa, utilizando o número de domicílio, provido pelo IBGE, o gênero e a data de nascimento do indivíduo. Esse método permite que cerca de 60% a 70% da amostra seja acompanhada de um trimestre para outro, destacando que, por construção, 20% da amostra é trocada a cada trimestre. Pessoas com aniversário e gênero iguais dentro de um mesmo domicílio e quem não preencheu essa data são excluídos da análise, assim como indivíduos que por alguma razão não realizaram duas entrevistas seguidas.

Além do atrito normalmente observado na pesquisa, a pandemia de 2020 trouxe mudanças na forma de coleta da pesquisa que devem ser notadas. A partir da segunda quinzena de março, a pesquisa deixou de ser presencial para ser realizada por telefone. Apesar dos esforços do IBGE para se contatar a amostra selecionada, houve um aumento significativo da taxa de não resposta. Ainda assim, o instituto conseguiu manter a divulgação dos dados sem grande perda de confiabilidade (IBGE, 2020a; 2020b).

Os possíveis efeitos dessa mudança ainda são alvo de estudos. Para Hecksher (2020), a mudança da coleta para telefone pode ter atenuado a queda, já sem precedentes, na taxa de participação. Já Corseuil e Russo (2021) encontram uma forte queda na realização de primeiras entrevistas e estimam que isso pode ter influenciado na queda dos empregos formais. O último relatório de inflação do Banco Central (2021) incluiu uma tentativa de se corrigir diversos indicadores de mercado de trabalho, levando em conta o aumento da taxa de não resposta, e não encontrou diferenças significativas para a maioria deles.

Portanto, ainda não está claro como a mudança no procedimento de coleta e as dificuldades criadas pela pandemia afetaram os indicadores gerados pela pesquisa. De qualquer maneira, para o interesse de nossa análise, a questão é se houve um comportamento diferente da amostra de trabalhadoras domésticas em relação a outras populações de mulheres ocupadas. Com base no procedimento descrito, calculamos que a sobreposição na amostra da população de mulheres em idade ativa sofreu um grande aumento a partir de 2020, saindo do entorno de 65% até atingir aproximadamente 80% no segundo trimestre de 2020. Este movimento foi provavelmente causado pela dificuldade do IBGE de encontrar os domicílios na primeira entrevista. Após esse pico, a taxa retorna a seus valores anteriores, entre 65% e 70%. Quando construímos a mesma série para as populações de mulheres ocupadas e trabalhadoras domésticas, encontramos exatamente o mesmo movimento, o que nos leva a crer que as diferenças na evolução de indicadores desses diferentes grupos foram causadas por mudanças reais nas populações medidas.

As tabelas 1 e 2, apresentadas a seguir, mostram algumas características gerais das populações de interesse deste estudo, para os primeiros trimestres de 2014, 2020 e 2021, divididas entre mulheres empregadas com carteira e sem carteira. Em todos os períodos, trabalhadoras domésticas apresentaram rendimento e escolaridade menor que a média das outras mulheres empregadas. Em particular, as empregadas domésticas com carteira possuem rendimento similar e menor escolaridade do que as mulheres empregadas em outras ocupações sem carteira. Além disso, mulheres negras compõem a maioria nessa ocupação, um grupo que já foi afetado de forma mais severa pela crise atual (Costa, Barbosa e Hecksher, 2021; Silva e Silva, 2020; Ipea, 2021). Finalmente, trabalhadoras domésticas possuem, em geral, idade mais avançada que outras empregadas, o que pode dificultar o retorno ao mercado de trabalho durante a recuperação da pandemia.

TABELA 1
Características gerais das trabalhadoras domésticas

	Com carteira			Sem carteira		
	2014.1	2020.1	2021.1	2014.1	2020.1	2021.1
População estimada (milhares)	1.679	1.444	1.159	3.835	4.051	3.346
Pretas ou indígenas (%)	61,5	62,8	64,1	66,2	66,6	66,2
Idade (anos)	42,6	45,3	46,0	40,7	43,4	44,1
Possuem ensino médio completo (%)	23,7	32,8	35,8	20,2	30,7	33,2
Rendimento habitual (R\$)	1.272	1.343	1.273	807	807	773
Rendimento efetivo (R\$)	1.343	1.601	1.450	804	802	750
Jornada semanal habitual (horas)	41,4	41,2	40,7	30,1	28,7	28,3
Jornada semanal efetiva (horas)	40,1	37,3	38,9	29,1	26,5	27,3

Fonte: PNAD Contínua Trimestral.
Elaboração dos autores.

TABELA 2
Características gerais das mulheres empregadas, excluindo-se as trabalhadoras domésticas

	Com carteira			Sem carteira		
	2014.1	2020.1	2021.1	2014.1	2020.1	2021.1
População estimada (milhares)	14.181	13.552	12.059	3.386	3.606	2.947
Pretas ou indígenas (%)	42,8	48,2	46,7	54,2	54,6	54,6
Idade (anos)	33,8	35,9	36,5	32,2	34,2	34,4
Possuem ensino médio completo (%)	74,3	82,0	83,6	55,3	69,5	71,0
Rendimento habitual (R\$)	2.025	2.091	2.137	1.295	1.519	1.602
Rendimento efetivo (R\$)	2.147	2.505	2.459	1.300	1.520	1.626
Jornada semanal habitual (horas)	41,8	41,5	41,2	36,1	35,9	34,9
Jornada semanal efetiva (horas)	40,0	37,1	38,7	34,7	32,2	33,2

Fonte: PNAD Contínua Trimestral.
Elaboração dos autores.

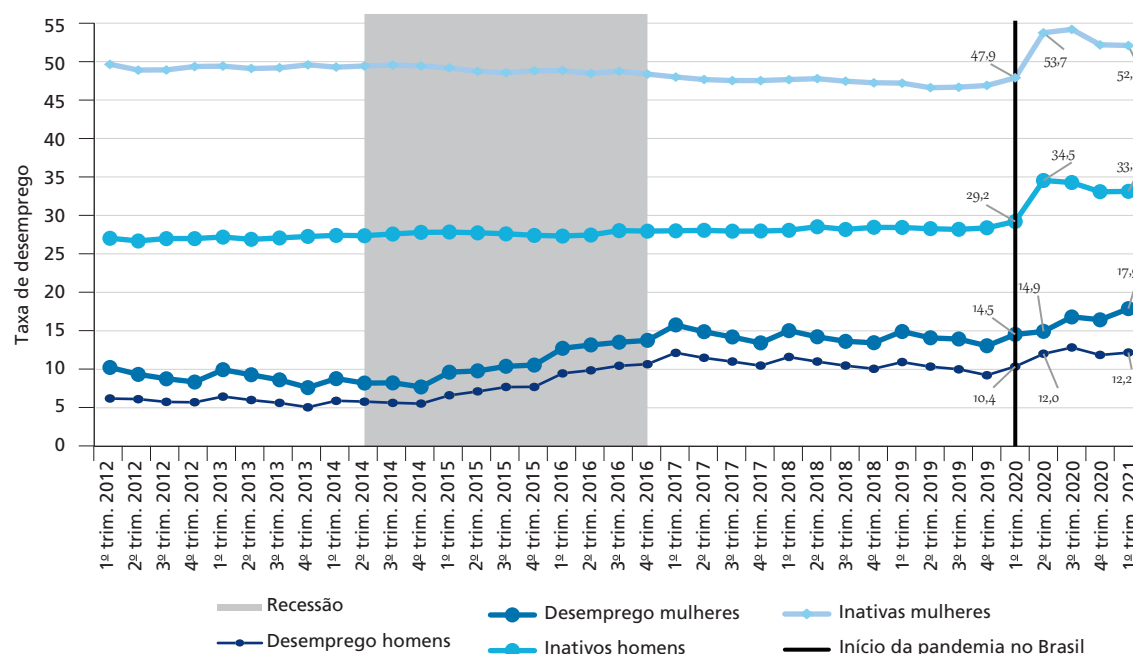
3 CONTEXTO GERAL: INATIVIDADE, DESEMPREGO, INFORMALIDADE E RENDIMENTOS DO TRABALHO ENTRE AS MULHERES

Nos gráficos a seguir, a área hachurada destaca o período de recessão econômica, caracterizado por queda no produto interno bruto (PIB) em relação ao trimestre imediatamente anterior. Já a linha vertical tracejada indica o primeiro trimestre de 2020, marcando o início da pandemia de covid-19. O gráfico 1 mostra que o efeito da pandemia sobre a inatividade foi sem precedentes na história recente coberta pela PNAD Contínua. Para homens e mulheres, houve um aumento repentino e substancial na taxa de inatividade, gerada pelas restrições impostas para conter a disseminação do vírus. A taxa alcançou 54,2% para mulheres, no terceiro trimestre de 2020, e 34,5% para homens, no segundo trimestre do mesmo ano. Observa-se também que a taxa de inatividade ainda não retornou ao patamar predominante antes da pandemia.

O efeito sobre o desemprego, por outro lado, apesar de ter causa distinta, foi semelhante ao verificado no período recessivo. Tanto para homens quanto para mulheres, sendo sempre maior para mulheres, houve um aumento na taxa de desemprego, que interrompeu a sequência de queda que normalmente se observa do segundo ao quarto trimestre de cada ano. Após um aumento sazonal no primeiro trimestre de 2020, a taxa de desemprego continuou a crescer nos dois trimestres seguintes. Apenas no quarto trimestre houve uma melhora nesse indicador, seguido de um novo aumento em 2021, como esperado por ser o primeiro trimestre. A taxa de desemprego para mulheres no primeiro trimestre de 2021, a última da série histórica até aqui, é a maior já observada, 17,9%.

GRÁFICO 1

Evolução do desemprego e da inatividade, indivíduos de 14 a 65 anos – Brasil (2012-2021)
(Em %)

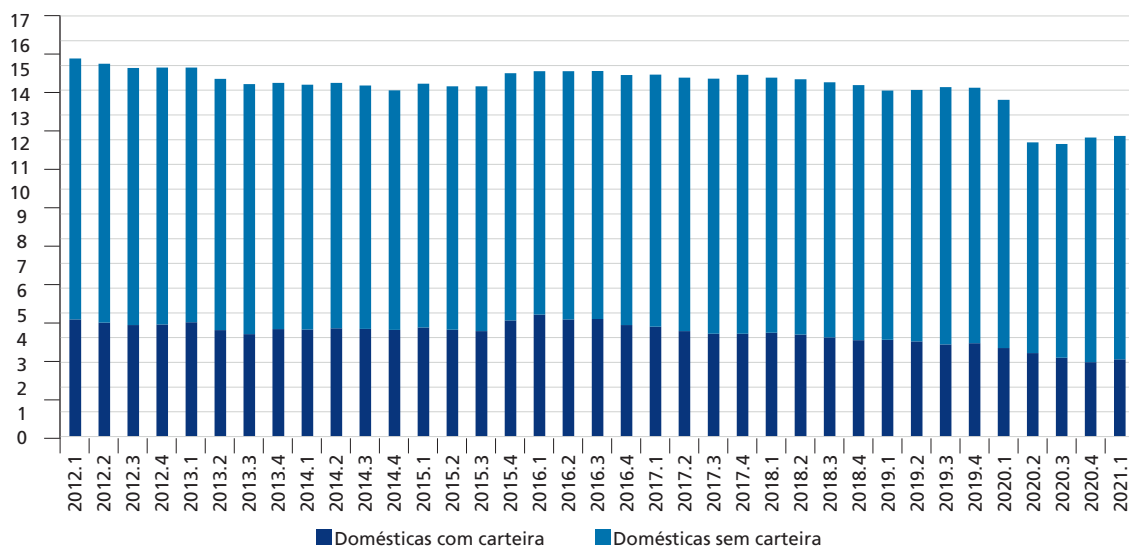


Fonte: PNAD Contínua Trimestral.
Elaboração dos autores.

O gráfico 2 mostra que o efeito da pandemia sobre as domésticas também foi inédito. Historicamente, a porcentagem de trabalhadoras domésticas entre mulheres ocupadas tem flutuado entre 14% e 15%. No entanto, enquanto no período de recessão houve um ligeiro aumento na porcentagem, observa-se uma queda de 1,7 ponto percentual (p.p.) no segundo trimestre de 2020, em relação ao trimestre anterior, e de 2,1 p.p. em relação ao mesmo trimestre de 2019. Isso representa uma queda de 12,5% na primeira comparação e de 15% na segunda comparação. Nesse sentido, para 2020, a hipótese de que a ocupação de empregada doméstica representa um “colchão amortecedor” nunca foi menos verdadeira. O gráfico 2 mostra que, em um contexto de aumento do desemprego e inatividade, as domésticas foram proporcionalmente mais afetadas pela crise provocada pela pandemia. Isso está em grande parte associado à natureza do trabalho doméstico, o qual necessita ser realizado presencialmente dentro do domicílio do empregador. A preocupação com o distanciamento social representou uma restrição adicional ao exercício da ocupação e, até o primeiro trimestre de 2021, a ocupação ainda não havia recuperado os níveis pré-pandemia.

GRÁFICO 2

Evolução da proporção de domésticas entre mulheres ocupadas, entre 14 e 65 anos – Brasil (2012-2021)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral.
Elaboração dos autores.

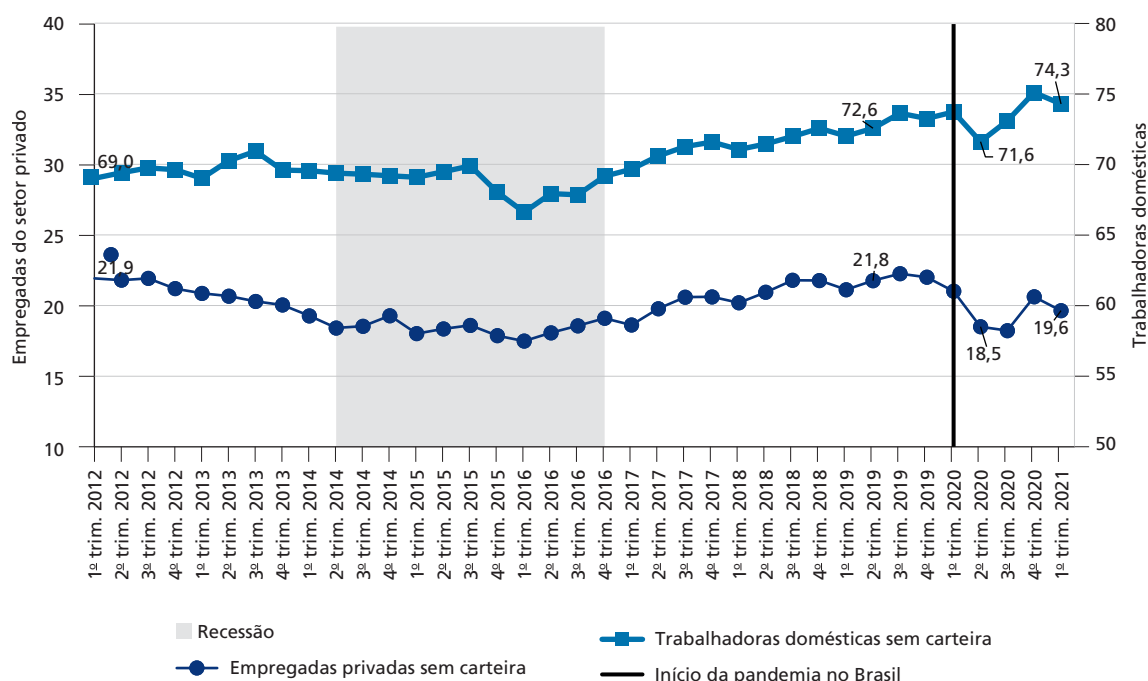
O impacto da pandemia foi maior para as trabalhadoras domésticas informais relativamente às formais. Neste caso, no entanto, o efeito foi semelhante ao ocorrido para as demais empregadas do setor privado. O gráfico 3 mostra a taxa de informalidade para domésticas e demais empregadas medida como a porcentagem de trabalhadoras sem carteira de trabalho assinada. A trajetória dos dois grupos é semelhante: desde o final do período recessivo, a

informalidade cresceu para ambos, diminuiu nos primeiros meses após o início da pandemia e voltou a crescer no final de 2020.

Dado o contexto apresentado até aqui, a redução da informalidade no início da pandemia reflete mais a saída do emprego das trabalhadoras informais, tanto para o desemprego quanto para a inatividade, do que um aumento na formalização das trabalhadoras. O programa de manutenção do emprego com a suspensão de contratos e redução de jornada, definido pela MP nº 936/2020, contribuiu para a preservação do emprego formal.⁶ Para as trabalhadoras informais, a estratégia utilizada foi a manutenção da renda, ainda que mínima, via auxílio emergencial. Tendo em vista a diferença no nível de informalidade em cada grupo (três vezes maior para trabalhadoras domésticas), chega a ser surpreendente que a taxa de informalidade não tenha caído mais para as domésticas do que entre as demais empregadas do setor privado. Isso está associado a uma queda relativa maior no emprego formal de trabalhadoras domésticas do que para as demais empregadas do setor privado.

GRÁFICO 3

Evolução da informalidade: proporção sem carteira de trabalho assinada entre as empregadas do setor privado e as trabalhadoras domésticas – Brasil (2012-2021)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral.
Elaboração dos autores.

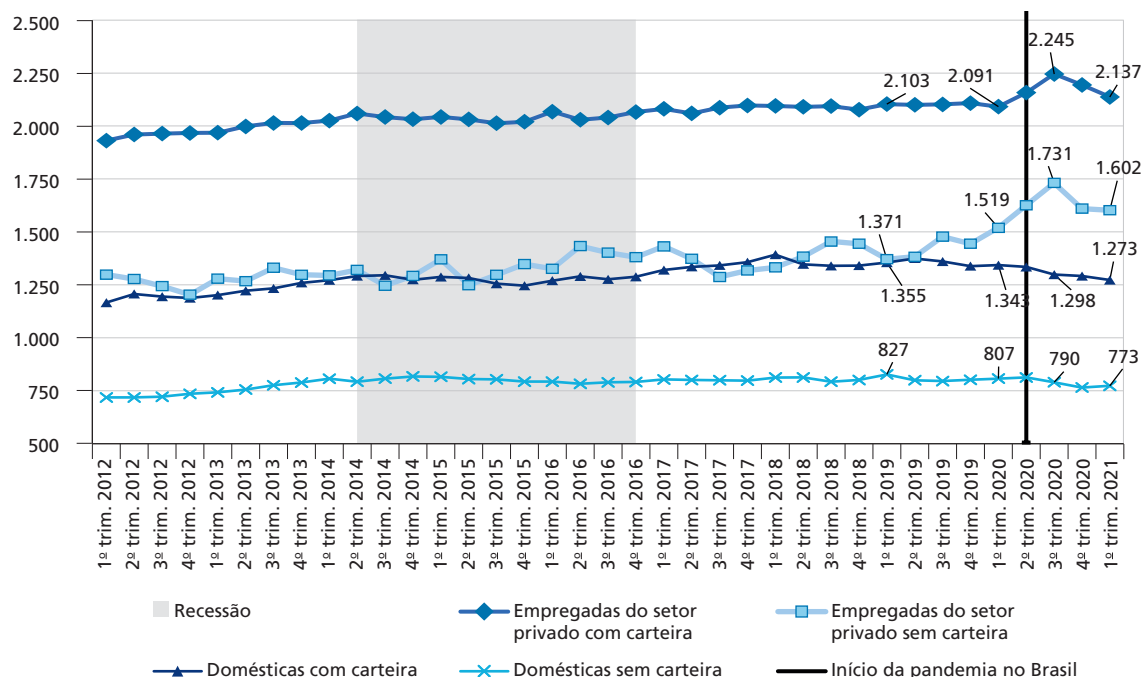
6. Para uma análise dos programas governamentais de enfrentamento aos efeitos perversos da pandemia sobre o mercado de trabalho no Brasil em 2020, ver Russo, Silva e Corseuil (2021).

Os efeitos da pandemia sobre salários permitem inferir uma série de características do mercado de trabalho brasileiro. Como se observa no gráfico 4, o salário médio para empregadas do setor privado, com ou sem carteira, experimentou o maior salto positivo da série histórica. Isso sugere que as trabalhadoras que perderam o emprego foram as menos qualificadas e que, portanto, possuíam salários menores. Em parte, contribuiu para o aumento do salário médio também o fato de que as mais qualificadas tiveram a oportunidade de migrar para o regime de teletrabalho (Góes, Martins e Nascimento, 2021). Por sua vez, não se observam mudanças abruptas no salário médio de trabalhadoras domésticas, com ou sem carteira. Isso é esperado porque se trata de um grupo de trabalhadoras necessariamente mais homogêneo relativamente às demais empregadas do setor privado. A grande maioria das trabalhadoras domésticas do setor formal recebe um salário mínimo; no setor informal, por sua vez, os salários já são historicamente baixos. Assim, a saída de trabalhadoras domésticas do mercado de trabalho, ainda que relativamente em grande número, não impactaria demasiadamente o salário médio devido à baixa dispersão salarial.

GRÁFICO 4

Evolução do rendimento habitual do trabalho principal: empregadas do setor privado e trabalhadoras domésticas – Brasil (2012-2021)

(Em R\$ de 2021)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral.
Elaboração dos autores.

4 ANÁLISE DE TRANSIÇÃO PARA SITUAÇÕES DE INATIVIDADE/DESEMPREGO/OCUPAÇÃO

Os gráficos desta seção nos permitem analisar as transições entre os diferentes *status* ocupacionais: ocupada, inativa e desempregada. Tendo em vista que a base de dados utilizada constitui um painel rotativo, como explicado anteriormente, foram calculadas as transições ocorridas entre cada trimestre no período entre 2012.1 e 2021.1.

O gráfico 5 apresenta a proporção entre as ocupadas no trimestre anterior ao que se tornaram inativas. Observa-se que a posse da carteira de trabalho assinada significa uma menor chance de transitar para a inatividade, cerca de 10 p.p. a menos. Entre as que são empregadas formalizadas, há pouca diferença entre as empregadas do setor privado e as empregadas domésticas. Já entre as empregadas informais, as domésticas são as que possuem maior probabilidade de se tornarem inativas.

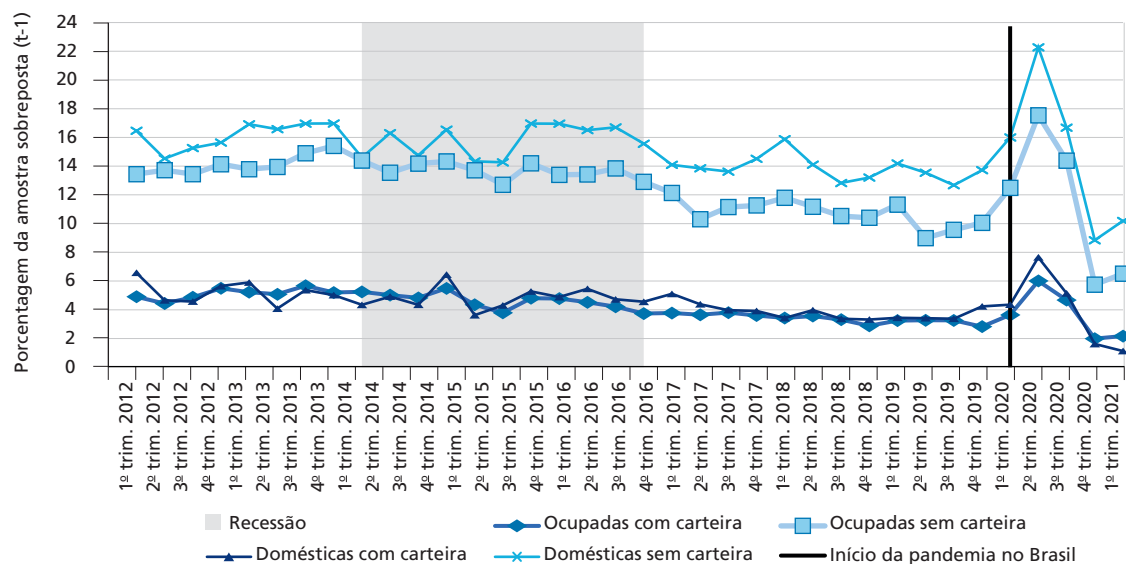
Ao contrário da recessão iniciada em 2014, em que não há uma mudança visível nas tendências de ocupadas se tornarem inativas, a recessão associada à pandemia se caracterizou por um relevante aumento na transição para a inatividade. De fato, como já caracterizado por outros estudos (Corseuil, Franca e Ramos, 2020), a crise de 2020 caracterizou-se pela saída das pessoas do mercado de trabalho, e esse fenômeno afetou principalmente os informais. De fato, do primeiro para o segundo trimestre de 2020, houve uma subida de 3,5 p.p. e 3,2 p.p. para as empregadas privadas e as domésticas com carteira assinada, respectivamente. Ao considerar aquelas sem carteira, o aumento corresponde a 8,9 p.p. para domésticas e 8,2 p.p. para outras empregadas. Vale assinalar que o gráfico 5 não permite distinguir uma diferença substancial na elevação das chances de ir para a situação de inatividade entre domésticas e outras ocupadas.

Por sua vez, o gráfico 6 possibilita analisar a transição para o desemprego. Na crise iniciada em 2014, há um pronunciado aumento da transição para o desemprego. Contudo, apesar de haver diferenças nos níveis das taxas, as tendências são similares entre domésticas e outras empregadas do setor privado, seja com ou sem carteira assinada. Para trabalhadoras sem carteira, a transição para o desemprego continua a níveis elevados após a crise de 2014. Para a crise econômica ocorrida no contexto da pandemia, apesar de o aumento da ida para o desemprego possuir magnitude inferior ao ocorrido em relação à inatividade, há sim uma elevação, especialmente entre as sem carteira. A variação entre os primeiros trimestres de 2020 indica que as domésticas sem carteira tiveram um aumento de 3,5 p.p. na chance de ir para o desemprego, enquanto a elevação foi de 1 p.p. para as outras ocupadas sem carteira. Para aquelas com carteira assinada, tais números corresponderam a 1,29 p.p. e 0,67 p.p. para domésticas e outras empregadas, respectivamente. Assim, na análise da transição para o desemprego, a crise de 2020 significou uma piora relativa para as domésticas, apesar de este não ter sido o indicador mais afetado pela crise.

GRÁFICO 5

Ocupadas que transitaram para a inatividade: empregadas do setor privado e trabalhadoras domésticas – Brasil (2012-2021)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral.

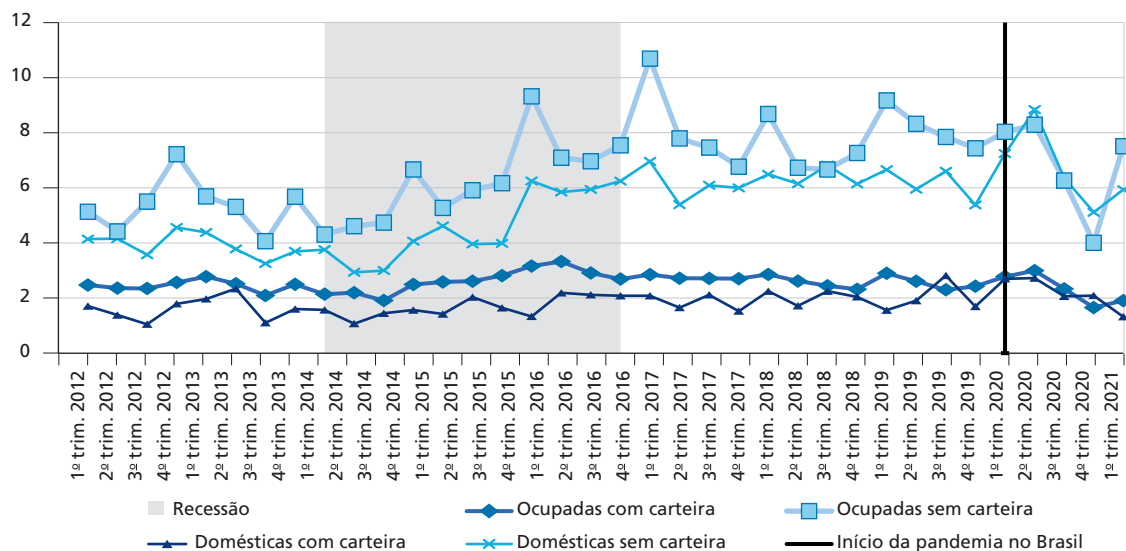
Elaboração dos autores.

Obs.: Separadas por ocupadas com carteira, ocupadas sem carteira, domésticas com carteira, domésticas sem carteira.

GRÁFICO 6

Ocupadas que transitaram para o desemprego: empregadas do setor privado e trabalhadoras domésticas – Brasil (2012-2021)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral.

Elaboração dos autores.

Obs.: Separadas por ocupadas com carteira, ocupadas sem carteira, domésticas com carteira, domésticas sem carteira.

Já o gráfico 7 indica a proporção de inativas ou desempregadas que transitaram para uma ocupação, seja de empregada doméstica ou outra empregada no setor privado. Inicialmente, vale notar que as chances de entrar em uma ocupação de trabalho doméstico com carteira assinada são bastante reduzidas e permanecem abaixo de 2,2% em todo o período. Apesar de ser uma diferença enorme em relação às outras ocupações, esse fato não chega a surpreender, dado o reduzido grau de formalização das domésticas em relação às outras.

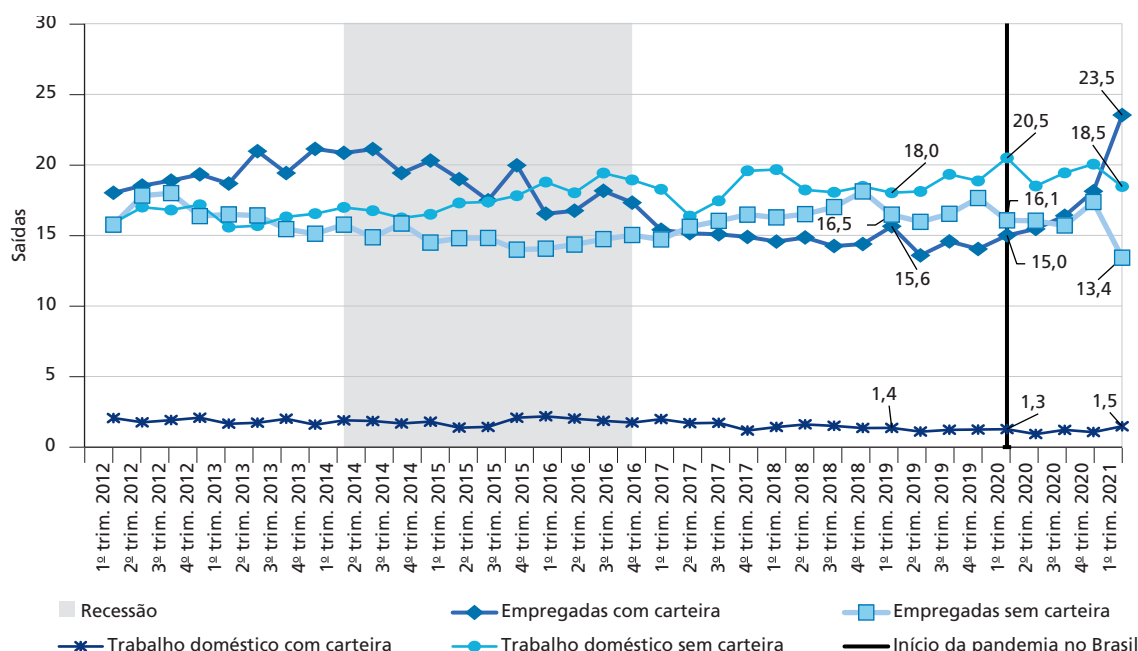
Durante a primeira crise do período, iniciada em 2014, nota-se que houve um aumento da entrada de desocupadas/inativas na ocupação de domésticas sem carteira, fenômeno que não aconteceu em relação à entrada em outras ocupações sem carteira. Esse fato constitui uma evidência da hipótese de que o trabalho doméstico sem carteira representa um “colchão amortecedor” durante crises econômicas. O pequeno aumento da proporção de domésticas neste período, observado no gráfico 2, não teria sido maior devido à elevação das taxas de saída dessa ocupação, como mostra o gráfico 6.

A tendência observada na capacidade da ocupação de domésticas sem carteira em absorver desempregadas ou inativas durante a crise de 2020 diferencia-se completamente da anterior. Entre o primeiro e segundo trimestre, houve uma queda de 2 p.p. nas chances de transitar para a ocupação de doméstica sem carteira, seguida de um aumento de magnitude similar nos dois trimestres seguintes. Essa oscilação não corrobora a hipótese de “colchão amortecedor” das domésticas sem carteira para a crise de 2020. Na crise de 2020, a maior entrada de inativas/desempregadas no mercado de trabalho tem ocorrido por meio da ocupação de outras empregadas com carteira assinada no setor privado. Ao invés de indicar uma boa notícia, essa estatística pode estar associada à maior dificuldade de inserção das mulheres de baixa qualificação no mercado de trabalho. São as mulheres que ocupariam os postos sem carteira, seja de domésticas ou outras empregadas. E, provavelmente, são trabalhos que devem ser realizados presencialmente, assim como o de domésticas, o que explicaria a dificuldade de inserção no cenário pandêmico e os níveis de ocupação que ainda não se recuperaram, apresentados no gráfico 2.

GRÁFICO 7

Inativas/desempregadas que transitaram para o emprego doméstico com carteira/ emprego doméstico sem carteira/outras ocupações com carteira/outras ocupações sem carteira – Brasil (2012-2021)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral.

Elaboração dos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma geral, e para o mercado de trabalho brasileiro, o efeito da pandemia sobre a inatividade foi sem precedentes na história recente (Ipea, 2021). Já com relação ao desemprego, o desempenho foi semelhante ao período recessivo ocorrido em 2014. Considerando o emprego doméstico, a pandemia também gerou um efeito inédito, ocasionando uma redução brusca da sua proporção entre as ocupadas no mercado de trabalho.

Em um contexto de aumento do desemprego e da inatividade, as domésticas foram proporcionalmente mais afetadas pela crise provocada pela pandemia. Isso está em grande parte associado à natureza do trabalho doméstico, o qual necessita ser realizado presencialmente dentro do domicílio do empregador. Além disso, vale observar também que o impacto da pandemia foi maior para as trabalhadoras domésticas informais relativamente às formais, e as empregadas domésticas constituem uma ocupação com elevado nível de informalidade, o que as deixa em situação de maior vulnerabilidade.

Ao analisar a transição para inatividade/desemprego, observamos que há pouca diferença nas tendências entre as empregadas domésticas e as outras empregadas do setor privado na crise de 2014. Já na crise de 2020, enquanto a elevação das chances de ir para a situação de inatividade entre domésticas e outras ocupadas é similar, o aumento da transição para o desemprego foi maior entre as domésticas sem carteira.

A análise da transição das desempregadas/inativas para uma ocupação no mercado de trabalho revela que a ocupação de empregada doméstica sem carteira pode ter funcionado como uma espécie de “colchão amortecedor” na crise de 2014, mas não na crise de 2020. Enquanto, na primeira crise, houve um aumento da absorção de desocupadas/inativas pela ocupação de domésticas sem carteira (fato não observado para outras ocupações sem carteira), na crise pandêmica destaca-se o aumento da entrada das inativas/desempregadas por meio de outras ocupações com carteira assinada no setor privado. No entanto, este fato, que a princípio poderia indicar uma boa notícia, parece estar associado à dificuldade de mulheres de baixa qualificação em encontrar uma ocupação no mercado de trabalho em um cenário pandêmico.

Em suma, além de as trabalhadoras domésticas já apresentarem condições laborais piores em diferentes dimensões, ao compará-las com trabalhadoras em outros postos de trabalho privado, o período após a pandemia parece ter lhes afetado de forma um pouco mais acentuada.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL. **Estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua ajustadas para a redução da taxa de respostas na pandemia**. Brasília: BCB, 2021. (Relatório de Inflação – junho de 2021). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202106/ri202106b4p.pdf>>.

CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M.; RAMOS, L. A queda recente das taxas de ocupação e participação no mercado de trabalho e sua dinâmica. **Carta de Conjuntura**, n. 48, out./dez. 2020.

CORSEUIL, C. H. L.; RUSSO, F. A redução no número de entrevistas na PNAD Contínua durante a pandemia e sua influência para a evolução do emprego formal. **Carta de Conjuntura**, n. 50, jan./mar. 2021. (Nota de Conjuntura, n. 22).

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. D. H.; HECKSHER, M. Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da Covid-19. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 71, abr. 2021.

GÓES, G. S.; MARTINS, F. S.; NASCIMENTO, J. A. S. O trabalho remoto e a pandemia: o que a PNAD Covid-19 nos mostrou. **Carta de Conjuntura**, n. 50, jan./mar. 2021. (Nota de Conjuntura, n. 8).

HECKSHER, M. **Valor impreciso por mês exato**: microdados e indicadores mensais baseados na PNAD Contínua. Brasília: Ipea, abr. 2020. (Nota Técnica, n. 62).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: informações referentes à coleta do mês de abril de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. (Nota Técnica). Disponível em: <<https://bit.ly/3qsuF9Z>>.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua):** informações referentes à divulgação dos dados do 2º trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. (Nota Técnica). Disponível em: <<https://bit.ly/3ifTwC>>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Trabalho e renda. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 22, p. 333-384, 2021.

MELO, H. **Trabalhadoras domésticas:** o eterno lugar feminino, uma análise dos grupos ocupacionais: Estratégias para combater o trabalho infantil no serviço doméstico. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2000. (Texto para Discussão, n. 565).

PINHEIRO, L.; GONZALEZ, R.; FONTOURA, N. **Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil.** Brasília: Ipea, ago. 2012. (Nota Técnica, n. 10).

RUSSO, F.; SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H. L. Programas federais de manutenção de empregos e garantia de renda no contexto da pandemia em 2020: panorama geral de implementação e cobertura. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 71, abr. 2021.

SILVA, T. D.; SILVA, S. P. **Trabalho, população negra e pandemia:** notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 46).